

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR AGRÍCOLA: UMA ABORDAGEM SOBRE CONCEITOS CORPORATIVOS

Data de aceite: 27/10/2023

Victor Crespo de Oliveira

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Botucatu – São Paulo (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2719-9972>

Leonardo França da Silva

Universidade de Federal Viçosa
Viçosa – Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9710-8100>

Érika Manuela Gonçalves Lopes

Universidade Federal de Minas Gerais
Montes Claros – Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7518-8955>

Kamila Cristina de Credo Assis

Universidade de São Paulo
Piracicaba – São Paulo (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4016-2541>

Rodrigo Sebastião Machado de Freitas

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0503-1505>

Ana Carolina Chaves Dourado

Universidade Federal de Viçosa-
Viçosa – Minas Gerais (Brasil)

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1106-1349>

João Victor Barroso Gonçalves

Centro universitário de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3837-4203>

Marcos Antônio Pereira da Fonseca Maltez

Universidade Federal Rio Grande do Sul
Porto Alegre – Rio Grande do Sul (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0941-8051>

Matheus Mendes Reis

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
(IFNMG)
Januária - Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2100-2438>

Ariadna Faria Vieira

Universidade Estadual do Piauí
Uruçuí – Piauí (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1185-4269>

Irene Menegali

Universidade Federal de Minas Gerais
Montes Claros – Minas Gerais (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5323-4693>

RESUMO: Neste capítulo, serão abordados tópicos essenciais para a compreensão e aprimoramento da gestão financeira em empresas agrícolas. Inicialmente, será analisado o papel e as responsabilidades do administrador financeiro no contexto empresarial atual. Em seguida, será explorado o conceito de risco como uma ferramenta crucial na tomada de decisões estratégicas e financeiras. Além disso, discutiremos a Governança Corporativa, abordando seus conceitos e aplicação nas organizações, com ênfase na promoção de valores como transparência e prestação de contas. A política de distribuição de dividendos também será examinada, incluindo seu conceito e estratégias de implementação, bem como seus impactos internos. A importância crítica da administração eficaz do capital de giro será destacada, visando garantir a estabilidade financeira das empresas agrícolas. Por fim, será apresentado como os fatores macroeconômicos influenciam as decisões financeiras e estratégicas das organizações. O objetivo-se com este trabalho proporcionar aos leitores uma compreensão aprofundada desses tópicos fundamentais, capacitando-os a aplicar conceitos financeiros em contextos agrícolas e aprimorar a gestão financeira de suas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Agrícola; Agroindústria; Administração Rural; Gestão Financeira

ABSTRACT: In this chapter, essential topics for understanding and improving financial management in agricultural enterprises will be covered. Initially, the role and responsibilities of the financial administrator in the current business context will be analyzed. Next, the concept of risk as a crucial tool in strategic and financial decision-making will be explored. In addition, we will discuss Corporate Governance, addressing its concepts and application in organizations, with emphasis on promoting values such as transparency and accountability. The dividend distribution policy will also be examined, including its concept and implementation strategies, as well as its internal impacts. The critical importance of effective working capital management will be highlighted in order to ensure the financial stability of agricultural enterprises. Finally, it will be presented how macroeconomic factors influence the financial and strategic decisions of organizations. The aim of this paper is to provide readers with an in-depth understanding of these fundamental topics, enabling them to apply financial concepts in agricultural contexts and improve the financial management of their organizations.

KEYWORDS: Agricultural development; Agroindustry; Rural Administration; Financial management

1 | APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, serão abordados tópicos cruciais que são intrínsecos à gestão financeira nas organizações contemporâneas, sendo eles:

- I. **O Papel e Responsabilidades do Administrador Financeiro em uma Empresa Agrícola:** Este tópico examinará o papel atual do administrador financeiro e as responsabilidades que ele detém no contexto empresarial.
- II. **Conceito de Risco como Ferramenta para a Tomada de Decisão:** Será abordado o conceito de risco e como ele é empregado como uma ferramenta crucial na tomada de decisões estratégicas e financeiras.

III. Governança Corporativa: Conceitos, Aplicação e Significado. Será apresentado os princípios da governança corporativa, definindo o que é e como se aplica nas organizações. Destacaremos sua relevância na promoção de valores como transparência e prestação de contas.

IV. Política de Distribuição de Dividendos: Conceito, Estratégias e Impactos Internos. Este tópico se concentrará na política de distribuição de dividendos, descrevendo seu conceito e analisando as várias estratégias de implementação.

V. A Importância da Administração do Capital de Giro em uma Empresa: Será apresentado sobre a importância crítica da administração eficaz do capital de giro para garantir a estabilidade financeira de uma empresa.

VI. As Influências do Ambiente Macroeconômico na Gestão Financeira de uma Empresa. Será explorado sobre como os fatores macroeconômicos moldam as decisões financeiras e estratégicas das organizações.

De modo geral, objetiva-se com este trabalho proporcionar aos leitores uma compreensão aprofundada desses tópicos fundamentais, capacitando-os a aplicar conceitos financeiros em contextos agrícolas e aprimorar a gestão financeira de suas organizações.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Administrador Financeiro e suas atribuições no agronegócio

Nesta seção serão abordados o papel da gestão financeira, o perfil e as atribuições profissionais do Administrador Financeiro no agronegócio.

2.1.1 *Papel da Gestão Financeira*

A Gestão Financeira em uma empresa é de responsabilidade do administrador financeiro, ela integra as áreas de tomada de decisões, buscando a estrutura ideal no âmbito do planejamento, execução e controle (GITMAN, 2004:). Um objetivo da Gestão Financeira na empresa é subsidiar a interpretação dos resultados, para que haja a maximização dos lucros. Para isso, é necessário que seja realizado um acompanhamento assíduo, integrado com o sistema de controle e os instrumentos de análise (SANVIVENTE, 1995).

Em geral, a Gestão Financeira tem um relacionamento direto com a área de economia e contabilidade. Trabalha com processos, empresas, mercados e ferramentas que influenciam na transferência de capital. (CHAVES, 2017). Desenvolve atividade de curto prazo (administração do capital circulante), como, administração de caixa, do crédito, das contas a pagar e receber, dos estoques e financiamentos de curto prazo. Também realiza tarefas de longo prazo, como exemplo, decisões de orçamento empresarial, estrutura de capital e relacionamento com investidores (SILVA, 2010).

Ao unir as ações e procedimentos administrativos de planejamento, análises e

controles das finanças a Gestão Financeira almeja proporcionar para a empresa ampliação de recursos com a otimização dos custos.

2.1.2 Funções do Administrador Financeiro na empresa agrícola

O gestor financeiro é fundamental para a eficiência financeira de qualquer empresa, ele desenvolve funções como análises, planejamento e controle financeiro, tomada de decisões para investimento e financiamento (ASSAF, 2006). O papel decisório é uma das funções primordiais dos gestores financeiros, este processo está relacionado a pressões na tomada de decisões, análises de problemas, suas dimensões e a resolução dos mesmos.

Em tempos de crise o papel do gestor financeiro impacta positivamente no resultado financeiro da empresa, eles devem possuir uma visão ampla de mercado, o que permitirá rapidez e assertividade na tomada de decisão assegurando melhores planos e ações (PERSONA, 2008). A profissão de gestor financeiro exige que o profissional esteja em constante aperfeiçoamento, que seja dedicado e esforçado, empenhando-se sempre no melhoramento das atividades desenvolvidas, pois ele é o gerador de transformações da empresa. Podendo propor as melhores soluções e identificar diretrizes com foco na maximização dos lucros e redução das despesas.

O gestor financeiro atua diretamente no planejamento das finanças da empresa. É o responsável por organizar, captar e aplicar os recursos da sua companhia. Tem como responsabilidade analisar demonstrativos contábeis e créditos, além de fazer uma avaliação da manutenção de estoques e acompanhar fluxos de caixa e faturamentos. Entre as várias funções do gestor financeiro já citadas, destaca-se o cumprimento das metas e prazos estabelecido conciliando com a maximização dos lucros e redução dos custos (CHAVES, 2017).

Para que o profissional da gestão financeira possa desempenhar adequadamente as atribuições dispostas acima, é extremamente importante que haja compatibilidade de perfil profissional. Esse tema será abordado no próximo item.

2.1.3 Perfil profissional do Gestor Financeiro

Para Chiavenato (2005), o perfil do gestor financeiro deve contar com característica pessoais, tais como, transparência, ética, disciplina, comprometimento efetivo, orientação para resultados, disponibilidade, formação de times e equipes, motivação, assertividade, pró-atividade, inteligência interpessoal. Também com as características profissionais, conhecimentos técnicos, conhecimentos de informática, idiomas, CRM (*Customer Relationship Management*), políticas corporativas, visão de negócios e envolvimento com o mercado. Além disso, o autor reforça que para trabalhar nessa área, é essencial gostar do que faz, ter vocação para seguir normas e procedimentos, trabalhar bem sob pressão, ser objetivo e assertivo, ser cumpridor de metas, apresentar resultados, trabalhar em equipe e

liderar dando exemplo.

No geral, o mercado atual exige que o gestor financeiro tenha uma visão holística, com diversificação de conhecimento nas áreas administrativas, contabilidade, economia, direito, gestão ambiental e conhecimentos afins. Deverá possuir facilidade nas relações humanas na capacidade de liderar, coordenar, incentivar, se comunicar de forma assertiva e resolver problemas, permitindo assim, ao gestor, adaptar-se com maior facilidade ao mercado diante das variações da economia (CHAVES, 2017).

Além disso, o gestor financeiro ocupa um papel cada vez mais estratégico nas empresas. A atuação do profissional é responsável pela melhoria do processo decisório dos gestores, criando valor para os acionistas e para o próprio processo. O gestor financeiro deve ter uma abordagem racional, não se esquecendo de humanizar os dados financeiros levando em consideração que uma organização é feita por pessoas. Com o aumento da importância estratégica da área financeira, o gestor não atua apenas neste setor, mas ajuda na tomada de decisões no negócio como um todo.

2.2 Governança Corporativa

Durante o século 20, a economia global testemunhou um aumento na integração aos fluxos do comércio internacional, acompanhado pela expansão das transações financeiras em escala global. Esse contexto impulsionou mudanças substanciais nas empresas, à medida que seu crescimento acelerado exigia uma reconfiguração de suas estruturas de controle. Essas mudanças foram motivadas pela crescente separação entre a propriedade das empresas e sua gestão. As origens do debate sobre Governança Corporativa remontam aos conflitos inerentes à dispersão da propriedade das empresas e às divergências entre os interesses dos acionistas, executivos e o bem-estar da empresa (INGC, 2017).

Na primeira década do século 21, o tema da Governança Corporativa ganhou ainda mais relevância, especialmente após escândalos corporativos envolvendo empresas norte-americanas notáveis, como a Enron, a WorldCom e a Tyco. Esses incidentes desencadearam debates sobre a divulgação de demonstrações financeiras e o papel das empresas de auditoria. Em resposta às fraudes ocorridas, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), que estabeleceu diretrizes significativas sobre práticas de governança corporativa (INGC, 2017).

Com o tempo, ficou evidente que os investidores estavam dispostos a pagar mais por empresas que adotassem boas práticas de Governança Corporativa. Além disso, essas práticas não apenas atendem aos interesses dos proprietários, mas também contribuem para a longevidade das empresas. Paralelamente, as discussões sobre o tema foram fortalecidas pelas iniciativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estabeleceu um fórum específico, o Business Sector Advisory Group on Corporate Governance. Diretrizes e princípios internacionais passaram a ser considerados na adequação de leis, na atuação de órgãos regulatórios e na formulação de

recomendações. No Brasil, o movimento em prol das boas práticas ganhou impulso após as privatizações e a abertura do mercado nacional nos anos 1990.

Em 1995, foi fundado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), posteriormente renomeado como Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a partir de 1999. O IBGC tem como objetivo influenciar os diversos atores da sociedade brasileira na adoção de práticas transparentes, responsáveis e equitativas na gestão das organizações. Em 1999, o IBGC lançou a primeira edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, que se tornou a principal referência sobre governança corporativa no Brasil e atualmente está em sua quinta edição. Este código foi desenvolvido de forma colaborativa por profissionais e especialistas (INGC, 2017).

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa apresenta recomendações de boas práticas com o propósito de contribuir para o avanço da Governança Corporativa nas empresas e outras organizações atuantes no Brasil.

2.2.1 Conceito de Governança Corporativa

Dentre vários conceitos de Governança Corporativa apresentados na literatura, o mais conhecido e difundido no Brasil é o conceito definido pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

A Governança Corporativa é o sistema que direciona, monitora e incentiva as organizações, no que diz respeito às relações entre proprietários, Conselho de Administração e órgãos de fiscalização e controle. As boas práticas de governança corporativa convertem os princípios em recomendações objetivas, alinhando os interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso aos recursos e contribuindo para sua longevidade. (IBGC, 2009, p. 19).

Em suma, a Governança Corporativa é um conjunto de mecanismos internos e externos que buscam gerir a relação entre gerentes e acionistas, havendo a separação entre o controle e a propriedade da organização. Uns dos fatos que proporcionam a discussão de implementação da Governança Corporativa são os conflitos de agência (conflitos de interesses), como exemplo, um executivo toma decisão para maximizar sua utilidade pessoal e não considera a maximização dos lucros, que é o objetivo do acionista. (SILVEIRA, 2005).

2.2.2 Princípios básicos da Governança Corporativa

Como está disposto na quarta edição do código de boas práticas e Governança Corporativa, publicado pela IBGC em 2009, foram elencando quatro princípios básicos de Governança Corporativa (IBGC, 2009), que são:

- I. **Transparência:** Refere-se à obrigação, ou desejo, da empresa de disponibilizar às partes interessadas informações que lhes interessem. Resultando em um clima de confiança, tanto internamente como em relação a terceiros;

II. **Equidade:** É caracterizada pelo tratamento justo e equitativo de todos os parceiros e outras partes interessadas. Qualquer tipo de discriminação é totalmente inaceitável;

III. **Prestação de contas:** Todos os envolvidos nas atividades relacionadas à governança (conselho de administração, conselho fiscal, auditores), devem ser responsáveis por suas ações, assumindo as consequências de suas ações e omissões;

IV. **Responsabilidade Corporativa:** A empresa deve, além de respeitar as leis de seu país, ter uma definição clara de seus valores e princípios éticos, por isso, deve garantir a sustentabilidade da empresa, com vistas à sua longevidade.

A implementação eficaz da Governança Corporativa oferece uma série de benefícios substanciais para as organizações. Isso inclui a descentralização da gestão, resultando em melhorias operacionais, bem como a promoção de maior transparência nas funções desempenhadas por diversos stakeholders, como a comunidade, governo, parceiros, fornecedores, clientes, funcionários e acionistas. Além disso, a Governança Corporativa alinha os interesses de todos os membros da empresa, antecipa riscos e oportunidades, realiza auditorias de processos para garantir conformidade e eficiência, preserva o valor da organização e melhora sua imagem perante a sociedade e investidores. Esses elementos, em conjunto, fortalecem a saúde e a reputação da empresa, contribuindo para seu sucesso sustentável.

2.3 Política de distribuição de dividendos

Neste tópico será apresentado um breve cenário sobre a política de dividendos no mundo, bem como, pontos sobre a política de distribuição de dividendos no Brasil e seus aspectos jurídicos.

2.3.1 *Panorama geral no mundo*

O assunto política de dividendos é um dos mais controversos no campo das finanças corporativas, desde que o polêmico estudo de Miller e Modigliani (1961) concluiu ser esta irrelevante, refutando o pensamento conservador predominante, segundo o qual os investidores prefeririam receber dividendo a ganho de capital, baseado principalmente, nos trabalhos de Lintner (1956) e Gordon (1959). A partir de então, não houve consenso sobre a sua relevância, tampouco sobre qual seria a política mais adequada.

De acordo com a revisão de literatura feita por Mota (2007), houve maior ênfase na política de dividendos ao redor do mundo após a publicação do já referido artigo de Miller e Modigliani (1961). Após a publicação, houve grande quantidade de autores na literatura mundial que buscavam avaliar a relevância da política de dividendos explorando as imperfeições do mercado. De acordo com Mota (2007), as teorias e principais evidências encontradas foram:

I. **Impostos:** Nos Estados Unidos, há incidência de maiores impostos sobre os dividendos do que sobre o ganho de capital, dessa forma, se os investidores não conseguem utilizar estratégias para evitar esses impostos maiores, a política ótima seria minimizar os dividendos;

II. **Assimetria de informação:** Os administradores são mais bem informados a respeito do fluxo de caixa futuro das empresas, os dividendos podem trazer informações sobre o desempenho atual e futuro delas para o mercado. Assim, uma elevação dos dividendos sinalizaria boas condições para a corporação e as reduções indicariam condições desfavoráveis;

III. **Custos de transação:** Dividendos é uma forma do investidor ter uma fonte de renda sem ter que incorrer nos custos para vender suas ações e realizar os ganhos. Esses custos seriam tanto o tempo e o esforço demandados para realizar as operações quanto os custos financeiros envolvidos, como a taxa de corretagem;

IV. **Problemas de agência:** Os administradores podem utilizar o fluxo de caixa livre da empresa em projetos de valor presente líquido negativo apenas para expandir os negócios da empresa, de forma a torná-la maior e mais diversificada, reduzindo risco de perder o emprego (conflito de interesse administradores-acionistas). Nesse sentido, o pagamento de dividendos faria os ganhos retornarem aos investidores, impedindo os administradores de agirem em benefício próprio, e, por esse motivo, seria seguido de uma reação positiva do mercado em relação ao valor das ações.

Conforme enfatizado por Mota (2007), as evidências empíricas mostram que a política de investimento é importante para empresa e ajuda a criar valor, uma vez que gera retornos anormais duradouros para as ações.

2.3.2 Política de dividendos no Brasil

No exterior os estudos sobre política de dividendos estiveram se desenvolvendo desde o final da década de 1950, no Brasil as discussões são mais recentes, tendo se destacado a partir da década de 1990, com o processo de estabilidade monetária.

A Política de Dividendos refere-se à decisão que a companhia deve tomar entre distribuir lucros aos acionistas ou reter os fundos para reinvestimento na empresa, definindo de que forma e com que frequência essas distribuições serão realizadas (SMART et al., 2007). O fato de essas decisões serem tomadas repetidamente durante a vida de uma empresa lhes concede vital importância para o futuro dos negócios.

No geral, pode-se adotar outras formas de devolução de recursos aos acionistas, além dos dividendos, podendo ser consideradas parte da política de dividendos da empresa (ROSS et al., 2002). No Brasil, podemos citar o pagamento de juros sobre o capital próprio, as bonificações em dinheiro e a recompra de ações.

Segundo Allen e Michaely (2003), a política de dividendos não é importante somente por causa da quantia envolvida ou pela natureza repetitiva da decisão, mas também por ser fortemente relacionada, e por interagir, com grande parte das decisões financeiras que

os gestores de uma corporação têm de tomar. Teorias de estrutura de capital, fusões e aquisições, precificação de ativos e orçamento de capital se baseiam em visões de como as empresas distribuem seus lucros.

A política de dividendos é importante para o mercado acionário, como pode ser enfatizado pelo estudo de Correia e Amaral (2002) que avaliaram o impacto da política de dividendos sobre a rentabilidade de títulos negociados na Bovespa no período de 1994 a 2000, e confirmaram a evidência de que a política de dividendos causa impacto sobre o valor de mercado das ações.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) destacam alguns mecanismos da política de dividendos que podem agregar valor aos acionistas, sendo que serão destacados dois, a fim de se contextualizar o impacto da política de dividendos e sua abrangência. Primeiramente pode-se destacar as distribuições em bonificações, que se caracterizam pelo aumento do capital social em decorrência da incorporação de saldos de lucros acumulados e reservas livres. Através desse instrumento há a possibilidade do aumento proporcional da quantidade de ações em posse dos acionistas ou do valor nominal dessas. Um segundo mecanismo que pode ser destacado são as recompras de ações, onde a empresa compra uma determinada quantidade de suas ações em circulação, gerando, dentre outros reflexos, um aumento do lucro por ação.

Diante dos diversos impactos que pode causar, a política de dividendos deve ser levada em consideração na gestão empresarial visando a melhor tomada de decisão. O *payout* (proporção de lucros distribuídos ao acionista), por exemplo, é um indicador constantemente citado e utilizado na análise de empresas, tornando-se importante a verificação de seus impactos.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p. 306) definem que a “política ótima de dividendos é a que atinge o equilíbrio entre dividendos correntes e crescimento futuro, maximizando o preço das ações da empresa”

2.3.3 Aspectos jurídicos no Brasil

A Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, foi criada com o objetivo de regular uma nova estrutura jurídica para esse tipo societário, que pudesse acompanhar o desenvolvimento econômico do Brasil e tornar o mercado de capitais algo mais palatável e atrativo, nos dizeres do então Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, “à mobilização da poupança popular e o seu encaminhamento voluntário para o setor empresarial”.

Essa lei regulamenta a distribuição de dividendos no Brasil, e dela pode-se destacar alguns pontos importantes:

- As ações preferenciais têm preferência na distribuição dos dividendos (artigo 17);

- As ações preferenciais sem direito a voto adquirem esse direito caso a companhia, por três exercícios consecutivos, deixe de pagar dividendos obrigatórios, até que seja feito o pagamento (art. 111);
- É necessária a aprovação de acionistas que representem pelo menos 50% das ações com direito a voto para alterar o dividendo obrigatório (art. 136);
- Para que os administradores possam receber participação no lucro da empresa, o estatuto da empresa deve fixar o dividendo obrigatório em, no mínimo, 25% do lucro líquido (art. 152);
- A destinação dos lucros para a constituição de reservas ou a retenção deles não pode prejudicar a distribuição do dividendo obrigatório (art. 198);
- O dividendo obrigatório pode ser fixado como uma percentagem do lucro líquido ou do capital social (art. 202);
- Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela estabelecida no estatuto, ou, se este não tiver a preocupação com a matéria em questão, metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: reserva legal, reserva para contingências e reserva para lucros a realizar (art. 202);

Segundo Mota (2007), a empresa tem a liberdade de definir em seu estatuto qual será o dividendo mínimo a ser pago aos seus acionistas. Se o estatuto não possuir nenhuma definição a esse respeito, o dividendo mínimo obrigatório passará a ser 50% do lucro líquido com os acréscimos e deduções estabelecidos no artigo 202. Entretanto, no caso de o estatuto ser omissivo, a assembleia geral poderá alterar o dividendo obrigatório para um percentual menor do que 50% do lucro, porém com a limitação de que ele deverá ser de, no mínimo, 25%. No entanto, se a empresa for de capital fechado, a assembleia poderá deliberar, caso não haja oposição de qualquer acionista presente, a distribuição de dividendo menor do que 25% do lucro. De qualquer forma, os administradores só poderão ter participação nos lucros se o estatuto fixar o dividendo obrigatório em no mínimo 25% do lucro.

O dividendo poderá não ser obrigatório no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária que é incompatível com a situação financeira da empresa. Em empresas abertas, a CVM deverá ser comunicada. Os lucros não distribuídos serão contabilizados em conta de reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser distribuídos quando a situação financeira da empresa permitir.

2.4 Definição de Capital de Giro

Segundo Assaf Neto (2008, p. 516), o Capital de Giro pode ser definido como um volume de capital investido pela empresa no seu ciclo operacional de curto prazo, que assume muitas formas durante o seu processo produtivo e de vendas. Contudo, a definição

descrita por Braga (1989, p. 81) é mais abrangente, segundo o autor o Capital e Giro são recursos investidos no ativo circulante, formado principalmente pelo estoque, contas a receber e disponibilidades. Sendo que, ao avaliar em uma abordagem mais ampla os passivos circulantes também são contemplados.

Brom e Balian (2007) trazem uma definição que permite uma visão mais clara e objetiva sobre o Capital de Giro, e conseqüentemente facilita a compressão do tema. De acordo com os autores, o Capital de Giro refere-se os recursos, fundamentais para o funcionamento da empresa, que necessitam ser desembolsados antes que haja o recebimento das vendas dos produtos ou serviços produzidos pela companhia.

Os recursos que integram o Capital de Giro estão sempre relacionados ao capital circulante da empresa, ou seja, está no curto prazo (não superando um ano contábil). São recursos que podem ser convertidos rapidamente em outros ativos, como o saldo de caixa que pode ser utilizado para recompor os estoques. Os níveis de estoque diminuem à medida que as vendas a prazo são realizadas, aumentando os direitos de recebimento na conta duplicatas a receber. A empresa também precisa pagar seus credores, se o prazo de pagamento dos credores for menor que o prazo para que os clientes da empresa realizem o pagamento das duplicatas, a empresa necessitará de Capital de Giro, pois seu caixa está sendo pressionado (está havendo a saída de recursos antes da entrada).

Existem dois momentos no Ciclo Financeiro, o primeiro é o capital sendo gasto para pagar o fornecedor e o segundo é o recebimento das vendas efetuadas. Do ponto de vista do caixa da empresa houve a seguinte situação, há a saída de capital para efetuar a compra de mercadorias, sendo que o prazo para realizar o pagamento ao fornecedor é de 40 dias. Os produtos serão fabricados a partir do momento da compra das mercadorias, e assim a empresa inicia o processo produção. A venda dos produtos é realizada em 30 dias, e o pagamento será efetivado após 30 dias (60 dias depois a data zero). Haverá saída de caixa no dia 40, e somente no dia 60 haverá entrada. Sendo assim, o caixa da empresa será pressionado por 20 dias e durante esse período a empresa fará o uso do Capital de Giro para manter suas atividades. Essa situação ressalta a importância de se ter o controle do Capital de Giro, pois sem o controle pode haver a ausência do Capital de Giro e a empresa vai ser prejudicada financeiramente, necessitando recorrer ao sistema bancário para a concessão de crédito.

2.4.1 Importância da gestão do estoque no Capital de Giro

O volume de vendas é um dos fatores mais determinantes para atribuir a importância e o volume do capital de giro na empresa. O Capital de Giro é lastreado pelos estoques, valores a receber, caixa, sazonalidade dos negócios (variação das necessidades de recursos ao longo do tempo), fatores cíclicos da economia (como recessão, comportamento de mercado), tecnologia aplicada aos custos e tempo de produção, políticas de negócios

(focadas na alteração das condições de venda, crédito, produção, dentre outros) (ASSAF NETO; SILVA, 1995).

Como o ciclo de Capital de Giro se inicia com a aquisição de mercadoria e termina com o recebimento das vendas, o estoque representa grande influência para que os resultados da administração financeira do Capital de Giro apresentem bom desempenho. O estoque é um dos principais componentes do ativo circulante das empresas.

Como isso, é fundamental que a empresa possua a gestão de estoque alinhada. Visto que, ela trabalha com decisões importantes, uma vez que é sua função saber qual o melhor momento de comprar e quanto deve ser comprado, afim de manter sempre o estoque eficiente. Ou seja, no estoque deve haver a disponibilidade para todas as necessidades da empresa, entretanto, não deve armazenar além da necessidade, pois isso onera a atividade da empresa. Quanto maior o estoque, maior é o volume de capital imobilizado e também maior é a necessidade de espaço para a armazenagem dos produtos.

Por esse motivo, Assaf Neto e Silva (1995) salientam que as empresas devem analisar as vantagens de possuir estoques, comparando-as com seus custos, para decidir quanto deve ter de estoque e quando deve solicitar a reposição dos produtos que estão sendo vendidos ou consumidos no processo de produção.

2.4.2 Importância da adequada gestão do Capital de Giro

Como já abordado nos tópicos anteriores, o Capital de giro é o valor que a empresa tem para custear e manter suas despesas operacionais do dia a dia (valor esse que é o resultado da diferença entre o dinheiro disponível e os direitos a pagar que a empresa possui), sejam elas fixas ou os gastos necessários para produção, comercialização ou prestação do serviço. Ele diz respeito a uma reserva de recursos de rápida renovação, voltada a suprir as necessidades da gestão financeira do negócio ao longo do tempo.

De acordo com Gitman (1987), a administração do capital de giro é um dos aspectos mais importantes da administração financeira e que é preciso que se mantenha um nível adequado desse recurso, pois os ativos circulantes de uma empresa devem ser suficientes para cobrir os passivos circulantes.

Em situações de administrações ineficientes do Capital de Giro e um inadequado planejamento financeiro, a empresa terá que recorrer ao sistema financeiro (bancos) para que suas dívidas e compromissos possam ser honrados, por meio do acesso a crédito e financiamento de operação. Utilizar-se dessa estratégia para contornar uma situação emergencial deixa a empresa vulnerável aos bancos (estará negociando de uma posição totalmente desfavorável), ficando refém das opções, taxa de juros e contratos que os bancos concedem de acordo com seu próprio benefício. Essa situação endividará ainda mais a empresa no longo prazo e prejudicará no curto e longo prazo a sua saúde financeira.

2.5 Ambiente Macroeconômico na Gestão Financeira de uma Empresa Agrícola

A agroempresa representa um sistema aberto que está imerso no sistema econômico, e apresenta interação com os diferentes sistemas que constituem seu ambiente. A área financeira, como consequência de tudo o que ocorre na empresa, mantém certamente íntimas relações com as condições socioeconômicas do ambiente em que está inserida. Daí decorre a necessidade de o administrador financeiro conhecer e compreender as condições da empresa e do ambiente econômico (KUHN, 2012).

Serão apresentados alguns aspectos externos a empresa que exercem influência em sua atividade e, que por consequência exigem a atenção dos seus administradores, especialmente os administradores do setor financeiro:

- Situação presente e tendências para o futuro da economia regional, estadual, nacional e internacional;
- Situação e tendência do ramo de negócios em que opera a empresa;
- Comportamento da concorrência principal;
- Poderio tecnológico e financeiro dos grandes grupos concorrenciais nacionais e das corporações multinacionais no setor de atividades da empresa, em relação à capacidade desta de concorrer com aquelas;
- Situação presente e tendências em termos de taxas de inflação, de recessão ou crescimento da economia, de taxas de juros, de déficits públicos e de eventuais superávits dos órgãos governamentais, de pressões sociais;
- Evolução da integração econômica dos países: Comunidade Econômica Europeia, Mercado Comum do Sul, dentre outros;
- Desempenho de setores econômicos que têm repercussões nas atividades da empresa, tais como agricultura (frustrações de safras), indústria e comércio (políticas de incentivo ou restrições);
- Comportamento do mercado financeiro e dos investimentos;
- Decisões governamentais com relação à dívida interna e externa;
- Planos, programas e projetos governamentais de investimento e de desenvolvimento econômico;
- Comportamento do consumidor, em relação às linhas de produtos da empresa;

Conforme mencionado por Meglioni e Vallim (2009), “ Em um sistema econômico, as unidades familiares, as empresas, o governo e o setor externo interagem por meio dos fluxos reais (fatores de produção, produtos e serviços) e dos fluxos monetários (pagamentos dos produtos ou serviços adquiridos, pagamento de impostos e remuneração dos fatores de produção) ”.

O mercado e o sistema financeiro desempenham papel importante de intermediação

dos recursos financeiros entre agentes superavitários e deficitários de uma sociedade. Cabe ao administrador financeiro conhecer as possibilidades de aplicar os recursos disponíveis e/ ou obter os recursos necessários junto a estes agentes.

Além dos aspectos gerais do ambiente econômico, os que afetam de maneira direta as organizações são os derivados da interferência direta do Estado na economia, ou seja, os fatores de política econômica. Esses são subdivididos em suas políticas específicas, tais como, política monetária, política cambial, política externa, política fiscal, política salarial e políticas setoriais (KUHN, 2012).

3 | CONCLUSÕES

A gestão financeira de uma agroempresa quando funciona bem fortifica e traz estabilidade financeira, pois ela respalda a interpretação de resultados, faz o acompanhamento assíduo das variáveis financeiras, controla e aplica técnicas para maximização dos resultados financeiros. O profissional atuante nessa área, o administrador financeiro, proporciona eficiência ao setor e deve possuir conhecimento de mercado, sempre buscar a maximização dos lucros e estar em constante aperfeiçoamento.

A Governança Corporativa é um mecanismo fundamental para agregar segurança ao mercado e reforçar a confiança dos acionistas. Ela trabalha para preservar e maximizar os valores presentes na organização,

A política de dividendos é uma área de pesquisa que envolve diversos elementos da rotina gerencial, podendo ser discutido tanto sua relevância para os investidores quanto a maneira mais eficiente de ser realizada, em decorrência das características das instituições. O Brasil não foge a essa discussão e, em virtude de questões legais internas, possui particularidades, conforme já mencionada. Tais particularidades, unidas com a estrutura histórica do mercado de capitais brasileiro, fortalecem o impacto do tema.

A correta administração do Capital de Giro mostra-se de extrema importância para a saúde financeira da agroempresa. A estrutura administrativa financeira deve ser capaz de constantemente atualizar as necessidades da agroempresa para que haja um bom controle sob o volume de Capital de Giro necessário. Outro ponto importante é a gestão de estoque, que se for bem realizada impacta positivamente na redução de Capital de Giro e também no volume de capital imobilizado.

Mesmo a agroempresa, desenvolvendo toda a sua competência essencial no segmento onde atua, ela, por si só, não é o suficiente para o seu sucesso. Inúmeras agroempresas não alcançam o objetivo esperado pelo fato de não visualizarem a importância de uma gestão financeira estratégica. Cada vez mais, o trabalho do gestor financeiro sai do ambiente microeconômico e vai para o ambiente macroeconômico, sendo este último mais complexo, pelo fato de envolverem questões que muitas das vezes fogem da compreensão. Por isso é de extrema importância estar atento e preparado para avaliar a

influência das variáveis macroeconômicas e o que essas geram internamente na empresa.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Franklin; MICHAELY, Roni. Payout policy. In: **Handbook of the Economics of Finance**. Elsevier, p. 337-429. 2003;

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1995;

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. –3. reimpr. **São Paulo: Atlas**, 2008;

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. Segunda edição. **São Paulo: Atlas**, 2006;

BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1989;

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 22 mai. 2020;

BROM, Luiz Guilherme; BALIAN, Jose Eduardo Amato. **Análise de investimentos e capital de giro: conceitos e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2007;

CHAVES, Suzana Miranda. Gestor financeiro ideal. **Revista Miríade Científica**, v. 2, n. 2, 2017;

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Financeira. Uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, p.116, 2006;

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória**. Elsevier, 2005;

CONFERE CARTÕES. [Portal]. **Capital de giro: o que é e como calcular?** Publicação de 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.conferecartoes.com.br/blog/capital-de-giro>>. Acesso em: 22 mai. 2020;

CORREIA, Laise Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. O impacto da política de dividendos sobre a rentabilidade de títulos negociados na Bovespa no período de 1994 a 2000. **Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, v. 26, 2002;

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. Segunda edição. **Porto Alegre: Bookman**, 2001;

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1987;

GORDON, Myron J. Dividends, earnings, and stock prices. **The review of economics and statistics**, v. 41, n. 2, p. 99-105, 1959;

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). [Portal]. **O que é governança corporativa**. Publicação de 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em: 22 mai. 2020;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009;

KPD Consultoria. [Portal]. **Governança corporativa é para minha empresa?**. Publicação de 16 set. 2018. Disponível em: < <http://kpdconsultoria.com.br/kpdblog/2018/09/16/governanca-corporativa/>>. Acesso em: 22 mai. 2020;

KUHN, Ivo Ney. *Gestão Financeira*. Editora Unijuí. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1239/Gestao%20Financeira.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 mai. 2020;

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005;

LINTNER, John. Distribution of incomes of corporations among dividends, retained earnings, and taxes. **The American economic review**, v. 46, n. 2, p. 97-113, 1956;

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. Pearson Prentice Hall, 2009;

MILLER, Merton H.; MODIGLIANI, Franco. Dividend policy, growth, and the valuation of shares. **the Journal of Business**, v. 34, n. 4, p. 411-433, 1961;

MOTA, Daniel Camarotto. **Dividendos, juros sobre capital próprio e recompra de ações: um estudo empírico sobre a política de distribuição no Brasil**. Tese de Doutorado. 2007;

NEF. [Portal]. **Como ser um bom gestor financeiro**. Publicação de 08 mai. 2018. Disponível em: < <https://nfe.io/blog/financeiro/como-ser-bom-gestor-financeiro/>>. Acesso em: 24 mai. 2020;

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W. et Jaffe, Jeffrey F. **Administração Financeira: Corporate Finance**. São Paulo: Atlas, 2002;

SANVICENTE, Antonio Zoratto. *Administração financeira*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. SILVA, Edson Cordeiro. *Como administrar o fluxo de caixa das empresas*. São Paulo: Atlas, v. 4, 2005;

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2005;

SMART, Scott B.; GITMAN, Lawrence J.; MEGGINSON, William L. **Corporate finance**. Thomson South-Western, 2007.